

Palestra ALACIB 26 de março 2016

### **Emoções no Discurso (J. B. Donadon-Leal)**

Obrigado pela oportunidade de poder ocupar o lugar da palavra nesta tribuna que já recebeu tão ilustres figuras das Letras, das Artes e Ciências.

Uma advertência inicial: vou me pronunciar com simplicidade, para poder contemplar a compreensão dos jovens acadêmicos da ABRAAI, mas com profundidade, para não quebrar as expectativas dos acadêmicos da ALACIB.

Discutir este tema “as emoções no discurso” é extremamente relevante neste momento político. Dois eventos importantes me levaram à escolha deste tema. O rompimento da Barragem do Fundão, em 05 de novembro de 2015, que afeta ainda hoje os discursos sobre o evento, seja na defesa dos desabrigados, seja na defesa do meio-ambiente, seja na defesa da empresa, seja na defesa dos agentes do Estado, seja no ataque a todos. O segundo evento é o do cenário político do governo federal, que coloca a população sob pressão, em que grupos políticos cobram decisão por um dos lados. Mas sobre isso falarei depois.

O objetivo desta palestra não é o de responder às questões que apresento, mas o de qualificar debates, com a consciência de que as emoções interferem na formulação das enunciações, isto é, da nossa fala.

Antes, devo começar esta palestra conceituando discurso e conceituando emoção.

Discurso é aquilo com que recheamos os textos. Imagine que o texto seja um envelope e que eu tenha que colocar dentro deste envelope uma mensagem para você. O envelope é o texto. O texto portanto é uma coisa visível. Um bilhete, uma aldravia, um soneto, uma crônica - esses são exemplos de textos. A mensagem é o discurso. Só que discurso é alguma coisa plural, que deveria ser grafado sempre no plural – discursos. Os discursos estão no nível das ideias e não no da visão: eles são as ideias religiosas, políticas, jurídicas,

burocráticas, científicas, etc. que estão guiando nossas mensagens. Por isso nem sempre são percebidos em sua pluralidade. Para uma visão inicial do que venha a ser Discurso, vejamos o quadro:

<b>Discursos de persuasão</b> (cuja enunciação depende de apresentação de provas)		
<i>Discurso científico</i>	poder-fazer-saber	discurso das descobertas
<i>Discurso tecnológico</i>	poder-saber-fazer	discurso da aplicação das descobertas
<i>Discurso jurídico</i>	poder-fazer-dever	discurso da ordenação dos fazeres
<i>Discurso político</i>	poder-fazer-querer	discurso da ordenação e direcionamento das vontades
<i>Discurso jornalístico e publicitário</i>	poder-fazer saber para poder-fazer-querer	discurso de difusão de descobertas para produção de vontades
<b>Discurso de manipulação</b> (cuja enunciação não depende de apresentação de provas, mas de força autoritária)		
<i>Discurso burocrático</i>	poder-fazer-fazer	discurso da ordenação autoritária
<b>Discursos de sedução</b> (cuja enunciação não depende de apresentação de provas)		
<i>Discurso religioso</i>	poder-fazer-creer	discurso da fé, para o qual a sociedade não cobra apresentação de provas
<i>Discurso Artístico</i>	Poder-fazer-figurar	Discurso da simulação de qualquer discurso - mimese

In: Donadon-Leal, J. B. A refacção – por uma metodologia da correção de redações. (tese de doutorado) USP, 1996.

Todos os discursos são modalizados pelo poder. Poder significa estar autorizado a fazer alguma coisa.

Vamos voltar à mensagem que está dentro do envelope.

Imaginemos que eu mandei a seguinte mensagem. Que pode ser pelo WhatsApp:

“Maria, prometi chegar às 19 horas, mas um compromisso inadiável no trabalho me impede. Podemos sair amanhã? Te amo.”

O verbo prometer pertence ao discurso religioso – 1. Disc. Religioso.

A expressão “compromisso inadiável” – pertence ao discurso jurídico, de comprometer-se perante algo contratado; como esse compromisso é no trabalho ele também é burocrático; portanto, discurso jurídico e discurso burocrático. Já temos aí três discursos: religioso, jurídico e burocrático. Aí ele pergunta: Podemos sair amanhã? – discurso político! O discurso político é aquele que propõe uma negociação em busca da resolução de um conflito. Nessa altura ele já sabe que criou um conflito o fato de ele não ir ao encontro marcado. E arremata com novo discurso religioso: Te amo! Amar é a expressão máxima do discurso religioso – amar a Deus sobre todas as coisas; amar o próximo como a si mesmo. Vou parar por aqui, mas poderia perceber vários outros discursos somente nesse bilhete.

Bom, Maria, abriu o envelope e teve a seguinte reação: caraca! Será que ele tem outra? Será trabalho mesmo? Ele tá achando que o trabalho dele é mais importante do que eu?

E no mesmo envelope mandou de volta a seguinte mensagem: Me esquece! A fila andou.

O conjunto de discursos emitidos torna-se ineficaz, pois o enunciador do bilhete número 01 quebra o contrato discursivo: quem promete deve cumprir. A sequência do bilhete é resultante da obrigação de justificar o motivo da quebra dessa promessa. A resposta de Maria reflete o ato enunciativo afetado pela emoção – instantâneo e irrefletido; conhecido pelo senso comum como ato-reflexo.

A partir daí temos a possibilidade de pensar no conceito de emoção. Vou abordar a emoção como algo inscrito no campo da enunciação. Não se trata de leitura nem da Medicina nem da Psicologia. Trata-se daquela porção de contaminação da linguagem em seu uso, provocado por uma produção discursiva que desliza em uma escala que vai do controle da enunciação até a perda total desse controle. Quanto mais tensa é a demanda pelo controle, mais vulnerável é a situação do sujeito da demanda enunciativa. Vamos aos exemplos, para tornar clara a minha exposição.

O que leva alguém à raiva extrema e até a agressão quando lhe xingam a mãe? O que leva uma mãe a se jogar sobre um animal feroz quando este lhe ataca um filho?

O que leva uma mãe a se colocar diante dos filhos, como escudo, para lhes proteger de tiros? Vejam o que mostra a pintura “Prole” de Deia Leal:



Que força é essa que adquire uma mãe, que se agiganta diante do perigo em nome da defesa de sua prole? Essa questão nos leva a refletir sobre atos heroicos. O que a mãe faz é heroísmo? Diante de situações limites, a perda de controle emocional que leva à perda de controle sobre os atos, sobre os reflexos, sobre os gestos, sobre as palavras nos faz pensar que as emoções são gerenciadas pelos discursos de sedução, aqueles sobre os quais não cabe a busca de comprovação, de reflexão, de pesquisa. As emoções ativam as reações automáticas do corpo e da mente; os instintos reagem.

Um segundo exemplo pode ser o de se pensar numa demanda enunciativa chamada casamento.

Demanda enunciativa do Discurso Religioso: o que Deus uniu o homem não separa

Nível discursivo: promessa de fidelidade perpétua

Tensão discursiva: alética – não pode ser desfeita – tem via única

Sanção na quebra da promessa: pecado, culpa

Demanda enunciativa do Discurso Jurídico: união estável / enlace com união total de bens / enlace com união parcial de bens / enlace com separação de bens

Nível discursivo: compromisso de respeito

Tensão discursiva: dialética – prevê dissolução em caso de desequilíbrio entre os polos da tensão (respeito / desrespeito)

Sanção da quebra do compromisso: as previstas no contrato

A convivência desses dois polos implica a forma de resolução de conflitos de ordem conjugal. Quanto mais afetado pelo Discurso Religioso, mais tensa, mais traumática é uma separação. Mas cabe a esse mesmo discurso religioso a atenuação do sofrimento, nos casos em que o grau de recurso do perdão é utilizado.

Vou então ao primeiro caso dos que me proponho a discorrer.

A partir do evento recente do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, que resultou na destruição completa dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, com 19 vítimas fatais e centenas de desabrigados, de destruição parcial de Barra Longa, de desastre ambiental de grande proporção nos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce, enunciações acaloradas foram proferidas, com acusações e vereditos sobre a responsabilização de pessoas, empresas e instituições públicas. Participei de alguns debates sobre o tema e acompanhei pela imprensa o debate que se deu nas esferas políticas.

Dois polos opostos se digladiam nas esferas discursivas das defesas e dos ataques. A empresa e setores da sociedade afirmam que houve um acidente. Há, no entanto, grupos que afirmam categoricamente que não foi acidente, mas crime.

Cabe aqui dizer que essa pressão social por opinião tem relação direta com a ética social de decisão entre o bem e o mal, o que, segundo Jung, em suas memórias, (Nova Fronteira, 2006, pág.378) “nada pode nos poupar do tormento da decisão ética.” Acontece que o recorte ético de cada um, embora no gozo do uso de suas prerrogativas de livre expressão de pensamento, é tensionado pelo

conceito de ética em uso em cada grupo discursivo e garantido pelo senso comum.

O grupo empresarial que gerencia barragem em todas as suas notas e publicações fala em “acidente”, em “terrível acidente” ou em “acidente de grandes proporções”. Notas oficiais da prefeitura local e do governo estadual falam em “rompimento da barragem” e “necessidade de apuração das causas do acidente”.

Alguns movimentos políticos não governamentais falam em “crime” praticado pela empresa. Alguns outros falam em crime da empresa e de órgãos públicos que autorizaram as atividades naquela barragem. O cenário discursivo das primeiras horas após o rompimento da barragem era, do que colhi de depoimentos em publicações e de debates públicos ocorridos no âmbito da UFOP:

### **evento**

(acontecimento cujas causas são imprecisas)

#### **acidente**

(realidade pré-investigação)

#### **crime**

(suspeitas)

<b>Evento</b>	
acidente	crime
voz da empresa	voz de mov. políticos
o rompimento da barragem por causas desconhecidas	a negligência ou irresponsabilidade que causa o rompimento
com vítimas fatais	com assassinatos

<b>Acidente</b>	
desastre	tragédia
causado pelo acidente	consequência do desastre
a extensão do rompimento	a extensão dos estragos ao longo dos rios

<b>Crime</b>	
negligência	irresponsabilidade

projeto não auditado	projeto subdimensionado
fiscalização insuficiente	fiscalização fraudada
prevenção insuficiente	prevenção fraudada
tragédia	catástrofe

Esse é um conjunto de enunciados afirmativos. Quanto maior o grau de envolvimento do enunciador com grupos de vítimas; quanto maior o conhecimento do enunciador com os lugares atingidos; quanto maior o envolvimento do enunciador com a empresa, maior é o grau de afetação emocional dos enunciados. Há também os grupos afetados pelo discurso político anticapitalista. Em alguns casos a emoção é traduzida pela “raiva”.

As vozes enunciativas da empresa são emocionalmente marcadas, condoídas, quando relativas às vítimas (desabrigadas e fatais), pelos danos patrimoniais e ambientais. No entanto, a marcação fundante dos discursos da empresa dá-se pela caracterização do evento como acidente. Por um lado solidariza-se, lamenta e oferece acolhimento aos desabrigados, por outro lado aloca equipes de trabalho para contenção do rompimento pela construção de diques, vistorias técnicas para início da apuração das causas.

<b>Vozes da Empresa</b>	
assistência às vítimas	assistência aos trabalhadores
abrigo às vítimas	amparo aos trabalhadores
reparação dos danos	contenção da barragem
demanda jurídica	demanda jurídica

As vozes enunciativas de pessoas ou grupos de pessoas afetadas pelo rompimento da barragem podem ser vistos em instâncias distintas:

<b>Vozes de Grupos Afetados</b>	
<b>vítimas (desabrigados)</b>	<b>solidários</b>
desolação / revolta	voluntariado / revolta
perda de autonomia	evocação por autonomia política
vontade de recuperação	vontade de punição

Pudemos observar que a vítima direta se retraiu, sentiu-se perdida, sem lugar (literalmente sem lugar), sem autonomia, sem perspectivas. A dor das pessoas era enunciada pelo silêncio que, quando quebrado, provocava choro. As enunciações das vítimas eram de relato, de narrativa do ocorrido, de como ficou sabendo da vinda do mar de lama, de como saiu, de como e onde passou a primeira noite, de como está naquele momento enunciativo.

Vários grupos de solidários parte daquele momento enunciativo numa projeção para o futuro, evocando um clamor do senso comum que é o de punição aos culpados. Observem que não estou generalizando. Muitos solidários estavam tão sem lugar quanto às vítimas. O ponto enunciativo inicial de vários desses grupos é o da catástrofe, que é resultante da irresponsabilidade; portanto, do crime com dolo, com consciência de que ele poderia ocorrer e que merece punição exemplar.

Vejam, qualquer enunciação produzida em tais circunstâncias, seja a da retração pela perda da autonomia e do lugar, seja a da afetação pela certeza do crime, será instrumentalizada pela emoção. A vítima direta enuncia chorosa e com voz embargada: só quero de volta o que é meu. Os trabalhadores da empresa, também vítimas diretas pedem até em tom burocrático: só queremos a garantia de nosso emprego; a retomada das atividades da empresa. Os grupos solidários bradam em alto e bom som: punição aos culpados, indenização às vítimas e não só a construção de novas casas; Fora SAMARCO! Reestatização da VALE!

As enunciações dos dois extremos são comandadas pelo descontrole emocional – retração (silêncio) e histeria. São sintomáticas as reações dos grupos após o anúncio da primeira multa à empresa – de alguns milhões. Os grupos de vítimas diziam: e a empresa não terá dinheiro para reconstruir nossas casa; não terá dinheiro para reabrir a fábrica; do outro lado, grupos fizeram queima de fogos e bradavam que era pouco. Em nenhum dos dois extremos as afirmações são seguras; todas são afetadas pela emoção e comprometidas na sua segurança de veredito, pois não enxergam os opostos; enxergam somente o lado que os convém.

O segundo evento sobre o qual devo me pronunciar é o do cenário político em crise. Mas não vou falar sobre o conjunto dos eventos que constitui essa miríade de crises políticas no cenário federal. Vou me restringir apenas às vozes possíveis em uma enunciação que se faz grandemente utilizada e defendida nos dois polos do embate político – o governo e a oposição. A enunciação é: Não vai ter golpe!

Vejam que é possível tocar nas emoções como estratégia discursiva. A população brasileira com mais de 50 anos remonta aos milhões. Esses milhões trazem na lembrança o que é viver sob um regime não democrático, trazem na memória um conceito cruel da palavra “golpe”. Vejam que a estratégia de utilização das emoções com finalidade discursiva é a de jogar no centro dos debates o conceito extremo. No caso do rompimento da barragem, os que falam em crime, elegem a catástrofe como conceito primordial. O governo joga com o conceito de golpe. Não é o bastante dizer que abertura de processo de impeachment sem apuração de crime de responsabilidade é um processo sem bases legais. É preciso dizer que isso é um ataque à democracia.

Para o governo, o impeachment sem comprovação de crime de responsabilidade é golpe à democracia (Dilma Rousseff em pronunciamento em 22 de março de 2016); para a oposição, conforme pronunciamento de líderes na oposição na Câmara dos Deputados na mesma data, em reação ao pronunciamento da Presidente da República: senhora presidente, “fique tranquila, não vai haver golpe; vai haver impeachment dentro dos preceitos constitucionais”. Esse mesmo conceito levou grupo de deputados governistas a gritarem em coro, voltados para os deputados oposicionistas, na tarde de 17 de março de 2016, quando da instalação da Comissão de impeachment: golpistas! Golpistas! Golpistas! Esse evento tinha sido antecedido por dezenas de pronunciamentos de garantias da legalidade do processo de impeachment.

Não cabe em casos como esses o julgamento de mérito a partir do conceito do certo e do errado. Ambos têm suas razões tecnicamente defensáveis nas esferas do discurso jurídico. Ambos são corretos em suas argumentações. O que não se pode conceber é a tomada de

posição por um dos lados sem conhecer as razões e os argumentos do outro lado.

Acontece que entra em jogo o discurso religioso nesses casos, de cujo fundamento se extrai a sedução. Nós nos posicionamos não em função dos argumentos dos polos em discussão, mas pelo envolvimento emocional com um ou alguns dos personagens desse embate. Minha posição deixa de ser a defesa de um conceito, de uma ideologia, de um fundamento jurídico e passa a ser a defesa de uma pessoa pela qual nutro afeição. Nisso os carismáticos, desculpem a expressão, nadam de braçada. No centro dessa discussão específica ressurgem o carisma de Lula. É inegável que a *persona* Lula é blindada pelo carisma. Essa blindagem de toda *persona* carismática joga fogo nas caracterizações sociais dessa *persona*: ou é idolatrada ou é odiada. E esse é outro enunciador gerenciado pelas emoções.

Esse embate em torno do conceito de golpe, próprio do contraditório que sustenta a argumentação jurídica, vai para as ruas e alimenta o calor dos pronunciamentos nos manifestos. É esse calor emocional que inviabiliza o encontro de forças antagônicas nas ruas. Não é possível colocar na Paulista uma manifestação a favor do impeachment e uma contra no mesmo horário. Dois grupos se encontraram na PUC-SP no final da tarde 21 de março e resultou em pancadaria.

É importante dizer nesse momento que não são válidas as acusações contra a imprensa, como vemos em enunciações de grupos ligados ao governo e em passeatas pró-governo. Num Estado Democrático de Direito a imprensa livre é um princípio constitucional e sobre ela não pode haver qualquer controle. Como profissional do ensino de jornalismo advogo em defesa do livre exercício de expressão de opinião jornalística sem qualquer constrangimento institucional ou político. Isso não impede que cada um compare o que lê, o que ouve e o que vê com os eventos diretos, sem mediação jornalística, das transmissões ao vivo pelas tevês e rádios da Câmara, do Senado e da Justiça. Importante também que nos jornais impressos, de rádio ou de tv, que avaliem se há o contraditório, isto é, depoimentos dos opostos nas demandas políticas ou jurídicas.

O que nos move a tomar partido de um conceito e defendê-lo cegamente? O que nos leva à negação do argumento contrário, desdenhando-o? O que nos faz tão seguros de nossos pontos de vista?

Quanto mais tomados pelas paixões, que são os altares das nossas emoções, mais nos tornaremos cegos para as reflexões. Não que devemos nos livrar das emoções e até mesmo das paixões. Impossível! Mas podemos controlar ímpetos, controlar reações imediatistas, reações irrefletidas. Conter-se para ponderar. O equilíbrio nas respostas requer tempo de elaboração.

Retomando a questão do conceito de discurso, nossa produção discursiva se faz por respostas a provocações. Cada proferimento, cada enunciado proferido é uma resposta a uma provocação. Essa resposta só se faz ancorada em um repertório de informações gravado no cérebro. Quanto maior o repertório, mais facilidade de emissão de provocações. Quanto maiores os recursos técnicos de uso de linguagem – domínio sintático, fonológico, entoativo, de figuras, de estratégias discursivas como a ironia, o sarcasmo – maiores são as chances de deixar o interlocutor em situação difícil numa conversa comum, num debate; quanto maior o apelo para os discurso que afetam a estabilidade emocional de uma pessoa, maior a chance de desmontá-la como pessoa capaz de produzir argumentações.

Por isso, é importante que em momentos de crise, em momentos de comoção pública tenhamos a tranquilidade de observador atento, para podermos organizar, mesmo que minimamente, argumentos dos contraditórios e a partir deles formularmos nossas opiniões, autônomas e livres das opressões grupais, formuladas friamente nos gabinetes de partidos políticos, de sindicatos, de igrejas, para tocarem a distração das consciências emocionais que caminham sob o manto da segurança e da liberdade garantidas pelo Estado Democrático de Direito.

Discursos sem componentes emocionais não existem. Não somos máquinas, somos pessoas. Mas podemos controlar as emoções, especialmente para podermos nos blindar das tentativas (e olhem que são muitas) de manipulação de nossas vontades. A todo momento grupos organizados (partidos políticos, igrejas, sindicatos, imprensa) tentam nos convencer de verdades e nos mostram mazelas para nos comoverem, estratégia para tocarem a nossa

estabilidade emocional e nos fragilizarem no mesmo momento em que cobram um posicionamento.

Caldo de galinha e prudência não fazem mal a ninguém!